ENGEMA
Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente

Educação para Sustentabilidade e Prática Social: discursos e experiências

MARIA LUCIANA DE ALMEIDA
Universidade de Pernambuco
lucianalmeida.pe@gmail.com

LILIAN SOARES OUTTES WANDERLEY
Universidade Federal de Pernambuco
lilian.wanderley@ufpe.br

Educação para Sustentabilidade e Prática Social: discursos e experiências

Resumo: Acredita-se que para haver sustentabilidade na sociedade contemporânea, daí também futura, é preciso que a sustentabilidade se torne uma prática social, sendo incorporada nas rotinas diárias das pessoas. Entendendo que o processo para transformar a sustentabilidade em uma prática social é amplo e complexo este texto teórico objetiva apresentar argumentos e evidencias no intuito de instigar uma discussão a respeito da sustentabilidade como prática social. A partir de estudos recentes, particularmente: Shove (2012, 2012a, 2012b), e de vivências observadas cotidianamente, a possibilidade de ampliar a sustentabilidade como prática social em várias esferas organizacionais pode parecer até certo ponto, utópica, mas também reflete algumas realidades. Defende-se que uma das formas de possibilitar que as pessoas adotem atividades sustentáveis é lhes proporcionar cotidianamente tarefas menos intensivas em recursos. Além disso, mostra-se também fundamental que o discurso sobre a sustentabilidade em seus diversos significados seja disseminado. Por meio de dialogo, o discurso em analise é capaz de levar as pessoas a refletirem sobre sua realidade, o que propicia o questionamento de seus entendimentos acerca do meio em que vivem, gerando constante aprendizagem.

Palavras-chave: Educação para Sustentabilidade; Prática Social; Discurso.

Education for Sustainability and Social Practice: discourses and experiences

Abstract: It is believed that in order to achieve sustainability in contemporary society, hence also in the future, it is necessary that sustainability becomes a social practice, by embedding sustainable practices into the daily routines of people. Understanding the process to transform sustainability in social practice is broad and complex, therefore this theoretical text presents arguments and evidence aiming at instigating a discussion of sustainability as social practice. Based on recent studies, particularly: Shove (2012, 2012a, 2012b), and observed daily experiences, the possibility of extending sustainability as a social practice in various organizational levels may seem to a certain extent utopian, but it also already reflects some realities. One way to enable people to adopt sustainable activities is to provide less resource-intensive tasks. Furthermore, it is also fundamental that the discourse on sustainability in its various meanings become widespread. Discourse analysis is a capable way of getting people to think about their reality, facilitating the dialogue and questioning of their understandings about the environment they live in, generating a constant learning as consequence.

Keywords: Education for Sustainability; Social Practice; Discourse.

1 Introdução

Vivemos em uma sociedade em que muitas pessoas, individualmente e/ou no contexto organizacional, enfocam e defendem os valores apoiados em premissas do desenvolvimento econômico como chave para o sucesso em suas vidas e organizações. Ao refletir sobre isso é possível perceber que o desenvolvimento econômico geralmente acontece em detrimento e não concomitante com o desenvolvimento socioambiental. Atualmente, vários estudos apontam para a impossibilidade de manter os padrões de utilização de recursos, evidenciando que é necessário vislumbrar alternativas sustentáveis.

As nações e a sociedade civil vêm desempenhando papéis fundamentais no processo de mudança de valores. Os países estabelecem legislações que visam propiciar proteção e recuperação ao meio ambiente, enquanto a sociedade tem demandado atitudes ecologicamente consistentes. Entretanto, muitas ações não têm atingido os efeitos desejados ou necessários ao estabelecimento de uma sociedade sustentável. Neste cenário, as escolhas individuais são também decisivas, pois as pessoas negociam seus valores coletivamente e se influenciam mutuamente no contexto social.

Assim, defende-se que a sustentabilidade se mostra viável a partir do momento em que as pessoas a adotem como coerentes atividades, tornando-a uma prática social, ou seja, algo que faz parte de suas rotinas diárias. Estudos desenvolvidos recentemente (SHOVE, 2012, 2012a, 2012b, CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2013) buscam evidenciar como as práticas são socialmente construídas e como os indivíduos se engajam com práticas menos ou mais coerentes com atividades sustentáveis. Nestes estudos argumenta-se que o discurso pode ser uma “ferramenta” importante para despertar os atores sociais para a adoção de atitudes menos intensivas no uso de recursos.

Muito ainda precisa ser feito, sobretudo, no que diz respeito à expansão desta ideia enquanto utopia e realidades. Chappells, Medd e Shove (2013, p. 713) defendem que a agenda de pesquisa sobre a sustentabilidade deve buscar compreender como é possível redefinir os valores negociados coletivamente e as expectativas dos indivíduos em relação à oferta de bens e serviços, ou seja, como transformar os fundamentos da orientação de uso dos recursos que está sendo reproduzida cotidianamente na sociedade atual.

Entendendo que o processo para internalizar atividades visando transformar a sustentabilidade em uma prática social é amplo e complexo, o presente texto teórico objetiva apresentar argumentos e evidencias no intuito de instigar uma discussão a respeito da sustentabilidade como prática social. A partir de estudos recentes, particularmente: Shove (2012, 2012a, 2012b), e de vivências observadas cotidianamente, a possibilidade de ampliar a sustentabilidade como prática social em várias esferas organizacionais pode parecer até certo ponto, utópica, mas também reflete algumas realidades, as quais, focam em atividades rotineiras, sejam elas: o uso de roupas para ir ao trabalho, os exercícios físicos como caminhadas e ciclismo, até mesmo o atual manuseio do automóvel individual.

A ordenação do argumento se apresenta em cinco partes, sendo a introdução a primeira. Inicia-se a segunda com a relevância discursiva diante do tema sustentabilidade e apresenta complementariedade das teorias da prática, terceira parte. Discursos e prática social forma a quarta parte enquanto ilustram desejáveis mudanças de comportamento que são associadas a implementação de ideias que envolvam discurso e ação levando a hábitos que podem expandir impactos positivos visando o desenvolvimento sustentável, ou como muitos preferem simplesmente, a sustentabilidade. Por fim, na quinta e ultima parte, são apresentados alguns exemplos práticos observados em países diversos. Ciclismo na Inglaterra, carro compartilhado nos Estados Unidos, caminhada nórdica na Finlândia e *cool biz* no Japão; praticas que se estabelecem e ampliam globalmente com mais facilidade em algumas localidades do que em outras.

2 Sustentabilidade

O debate sobre a necessidade de as nações terem um desenvolvimento sustentável é amplo, complexo e controverso, entretanto, é consenso que os recursos são esgotáveis e que é preciso analisar a forma como as pessoas estão usufruindo deles. Tópicos como, efeito estufa, aquecimento global, queimadas, enchentes, desmatamento, contaminação do solo, falta de água e poluição, fazem parte da realidade das diferentes organizações que compõem a sociedade atual. Diante disto, a crise do meio ambiente se tornou mais evidente, ao longo dos últimos anos, o que mobilizou a atenção da sociedade em geral, suscitando debates na comunidade científica mundial (VIEIRA, 2007, p. 9). O tema sustentabilidade ganhou amplo destaque e atualmente se fala a palavra sustentável de forma constante. Este fato poderia estar contribuindo para avanços em direção ao desenvolvimento sustentável, no entanto, o termo sustentável tem sido usado de forma vaga e quantificável, para se referir a qualquer ato que melhore de alguma forma o meio ambiente. O uso frequente da palavra vem tornando-a sem sentido e significado, pois as organizações têm se focado em aspectos micro (alguma fase marginal do processo ou produto) e esquecido das políticas gerais. Neste cenário, não há sustentabilidade em escala global, mas pelo fato de o tema estar envolvido, as pessoas acreditam que estão fazendo algo que terá durabilidade e não afetará o ambiente (ENGELMAN, 2013).

A concepção inicial da sustentabilidade como atendimento das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, tem sido superada. Hoje, qualquer coisa que aparente ser uma alternativa melhor para o meio ambiente é, por alguns, considerada sustentável. Entretanto, vivencia-se um estado de degradação ambiental tão intenso que atitudes menos danosas não surtirão o efeito desejado. A fim de alterar as tendências de catástrofes ambientais é preciso promover mudanças muito maiores do que as vistas até o momento. Além disso, a esfera social deve ser preparada para enfrentar desafios e dificuldades (ENGELMAN, 2013).

Este contexto exige mudanças no paradigma de gestão, as quais suscitam inovações na legislação, nas estratégias empresarias, na gestão pública e na organização da sociedade civil. A sociedade está em um processo de transformação intenso e profundo "tornando as velhas concepções e organizações ultrapassadas e inadequadas às novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais" (BUARQUE, 2002, p. 15). Esta nova realidade exige a busca de um equilíbrio entre as variáveis econômicas e sociais. Neste sentido, se faz necessário reavaliar processos, tecnologias, produtos e serviços (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009; BUARQUE, 2002). Este novo paradigma gerencial é uma tentativa de tornar os atores sociais (pessoas, organizações e instituições) conscientes de que o desenvolvimento econômico não pode se dar em detrimento do desenvolvimento socioambiental.

Sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento econômico são objetivos diferentes, mas intimamente relacionados. O sistema produtivo foi impulsionado pela necessidade de atender a uma demanda crescente a época da revolução industrial, entretanto, a população cresceu e os padrões de consumo, na forma como se constituem hoje, se tornaram insustentáveis. Ao longo dos anos a população mundial cresceu e continua crescendo de forma progressiva, sendo necessário dispender mais recursos para que as pessoas tenham uma vida digna. Neste cenário, as atividades econômicas cresceram substancialmente, assim, os "níveis e padrões de consumo atuais, tendem a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais" (BUARQUE, 2002, p. 60).

Os recursos naturais precisam de um determinado período de tempo para se renovarem e alguns não são renováveis, portanto, caso a sociedade continue no ritmo de degradação atual haverá um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e, por conseguinte, um

comprometimento da qualidade de vida das gerações futuras (BUARQUE, 2002, p. 60). Vivendo neste cenário, as organizações foram impelidas a desenvolverem suas atividades de modo que não degradem o meio ambiente. Entretanto, muitas das soluções encontradas são reativas ou não resolvem os problemas ambientais. No intento que sanar os danos ambientais ocasionados por suas atividades muitas organizações têm concentrado seus esforços em soluções fáceis e incompletas, as quais se detêm, apenas, a compensação dos impactos. Estas atitudes são importantes, mas não são suficientes, é necessário implementar políticas que reduzam os prejuízos socioambientais e não apenas repararem-nos. Portanto, é preciso alterar os processos, modificando as tecnologias utilizadas, a forma como as pessoas desenvolvem as atividades e até mesmo as características dos produtos e serviços (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009, p. 89-93).

Diante dos problemas ambientais vivenciados pela sociedade atual e das perspectivas de agravamento dos mesmos em um futuro próximo, a sustentabilidade passou a ser uma questão amplamente debatida também pelos governantes mundiais. Existe um entendimento geral acerca do desafio das mudanças climáticas, o qual evidencia que o modo como as sociedades ocidentais vivem e muitos de seus padrões de consumo são insustentáveis (SHOVE, 2012b, p.1). A fim de sanar os problemas ambientais a ideia de cultivar nichos em que as atitudes e atividades sejam ambientalmente corretas é atraente (SHOVEa, 2012, p. 363). No entanto, ações isoladas não se mostram capazes de acabar com os impactos socioambientais atuais. Fornecer as condições necessárias para que todos os indivíduos possam ter acesso justo aos pré-requisitos de uma vida decente, como: alimento, água e energia, está se tornando uma tarefa difícil. Além disso, se as previsões de crescimento da população se confirmarem, nos próximos anos, mesmo que os padrões de consumo sejam transformados e as pessoas demandem poucos recursos para sobreviver, pode não ser possível oferece-los por uma inviabilidade ambiental (ENGELMAN, 2013).

Alguns avanços ambientais substanciais estão sendo alcançados, mas estes estão sendo obtidos de modo a comprometer as gerações futuras e, portanto, não são sustentáveis. A pobreza está sendo reduzida por meio do incentivo a industrialização dos países, o que remete ao uso de combustíveis fósseis, já a água potável está sendo distribuída em locais onde não existia, mas os mananciais vêm sendo reduzidos. Neste sentido, a solução para os problemas ambientais de forma sustentável envolve as políticas governamentais e a mudança no modo de atuação das pessoas e exigirá ainda cooperação e compartilhamento entre as nações, sendo este um fator crítico em um mundo movido pela competição e acumulação de riqueza (ENGELMAN, 2013).

Para efeito deste estudo, aceita-se educação para sustentabilidade, como proposto por Gadotti (2007: 76) ao afirmar que "educar para a sustentabilidade é, essencialmente, educar para uma vida sustentável, que significa, entre outras coisas, educar para a simplicidade voluntária e para a quietude. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartir, descobrir e fazer juntos. […] O conceito de sustentabilidade na educação pode ter um impacto positivo não só no que se refere aos indivíduos, mas também nas necessárias mudanças do sistema educacional".

3 Prática Social

Conforme Shove (2012b) é consenso que as ações individuais são influenciadas por forças externas, em maior ou menor grau. Entretanto, existem várias interpretações a respeito de como os governos devem atuar a fim de influenciar a forma de agir das pessoas e de como fatores culturais atuam neste processo. A existência de múltiplas abordagens acerca do tema deveria contribuir para os avanços conceituais e práticos na área. Contudo, os discursos sobre

a “mudança estão situados dentro de uma bolha no espaço intelectual, protegida e isolada dos desenvolvimentos conceituais em outros lugares nas ciências sociais” (SHOVE, 2012b, p. 2). Para a autora é fundamental que haja uma mudança de paradigma para sair desta “bolha”. Esta mudança é difícil, mas necessária. Assim, Shove (2012b, p.1) defende que para tornar o desenvolvimento sustentável popular é necessário articular as implicações políticas de forma que este se torne uma prática social (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2001), em vez de si configurar, apenas, como isoladas ações e atitudes individuais.

A abordagem da teoria como prática emerge como uma alternativa conceitual, para os estudos em várias áreas, a partir de um diálogo com a teoria social, tornando-se atraente ao público insatisfeito com as abordagens clássicas, por faltar a estas, muitas vezes, uma análise que considere o indivíduo como vetor de mudança. É possível encontrar elementos da teoria como prática social nas obras de muitos autores do final do século XX, tais como, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Michel Foucault, Haroldo Garfinkel, Bruno Latour e Ted Schatzki. Esses autores têm contribuído para consolidação de uma teoria das práticas sociais, centrando o conteúdo de suas pesquisas na vida cotidiana das pessoas, levando em consideração a ação humana (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI; CETINA; SAVIGNY, 2001).

Um tema central na história da teoria sociológica são as categorias conceituais sobre as quais se fundamentam as explicações sobre os fenômenos sociais. Em outras palavras, trata-se de como é possível explicar/compreender a vida social em suas várias configurações e instâncias, e que termos utilizar para realizar tal tarefa. Nesse contexto, a discussão sobre agência e estrutura é central e dissonante. Se, por um lado, a priori se tinha uma visão reduzida do indivíduo, tendo este, todas as suas ações pautadas pelos Deuses culturais. Esta é compreendida como uma perspectiva determinista do ser humano, pois “assume-se que a agência é ditada pelos programas, controles, dirigindo os circuitos ao longo dos quais a ação se desloca e o destino [...] final” (REED, 2003, p. 294). Por esta abordagem todas as ações empreendidas pelos indivíduos já são determinadas pela estrutura. Por outro lado, quando o ser humano assume que sabe quais as bases institucionais que regem suas atitudes e que pode sobrepor-se a estas caímos em uma visão reducionista, a qual “erradica a diversidade ontológica e a incerteza teórica, reduzindo unidades coletivas emergentes e suas propriedades aos seus constituintes individuais, de tal forma que o primeiro pode ser tratado como os resultados agregados do último” (REED, 2003, p. 291). Por esta visão, todas as ações coletivas são reduzidas ao comportamento individual.

Entretanto, com os avanços realizados neste campo de investigação, os novos estudos parecem “incorporar uma tensão na conceituada relação ator-ambiente. Isso é muitas vezes visto como um esforço entre estrutura (ou seja, o meio ambiente) e agência” (MEYER, 2008, p. 790). O ator da modernidade possui interesses pessoais e legítimos, mas estes seguem as regras do sistema. Este ator pode assumir responsabilidades e ser autorizado para representar interesses pessoais ou gerenciar as regras do ambiente social, mas estes precisam estar contidos no escopo das normas dos sistemas (MEYER, 2010). Neste sentido, as ideias de Meyer convergem para a posição fusionista. Os teóricos que defendem o fusionismo “rejeitam o dualismo ontológico e analítico que permeia tanto o reducionismo quanto o determinismo, eles insistem em co-determinação mútua e igualitária entre agência e estrutura [...] agência e estrutura são ontologicamente inseparáveis e mutuamente constituídas” (REED, 2003, p. 297-298). Os principais autores que defendem este ponto de vista são Bourdieu e Giddens. Para ilustrar melhor esta proposição introduzimos a proposta de Giddens de trocar o dualismo pela dualidade entre agência e estrutura.

Esse debate se desenvolve em torno da influência (dependência de um pelo outro, e vice versa) de contextos sociais mais amplos na vida dos indivíduos, e sobre como a ação individual pode ou não influenciar e ser influenciada por tais contextos (GIDDENS, 2009). Assim, propõe-se a mudança do dualismo entre subjetivismo e objetivismo (e questões

correlatas) para a dualidade, eliminando a noção de concorrência entre eles. Ao que ele nomeia de dualidade da estrutura. Nesse sentido, se por um lado a estrutura possibilita e dá sentido as ações dos indivíduos, por outro, a ação dos indivíduos pode modificar aspectos da estrutura, ao mesmo tempo. Ou seja, a ação dos indivíduos é orientada a partir de aspectos localizados na estrutura, mas tais aspectos são (re) significados a partir da prática cotidiana vivida pelos indivíduos. Dessa maneira, o processo de estruturação social é realizado por todos cotidianamente, embora seus efeitos só sejam visíveis na medida em que produzam efeitos sociais mais amplos (GIDDENS, 2009).

Dessa maneira, as práticas sociais, ao penetrarem no tempo e no espaço, estão na raiz da constituição do sujeito e da sociedade (e, obviamente, das organizações sociais e instituições). Tais práticas sociais podem ser entendidas como procedimentos, métodos e técnicas executados apropriadamente pelos agentes sociais, mas não necessariamente vinculadas a motivos claros para o agente. Como resultado, a ação social e a interação, como práticas tacitamente estabelecidas, são continuadas e tornam-se instituições ou rotinas que reproduzem formas familiares da vida social (COHEN, 1999). Este argumento permite a Giddens integrar a ação social humana com os sistemas maiores, as estruturas e instituições das quais os indivíduos fazem parte. É a repetição contínua da ação social e da interação em formas bastante regulares e habituais que constituem o que podem ser as formas sociais mais amplas.

4 Discurso e Práticas sociais

Partindo do pressuposto da necessidade de mudanças no paradigma de gestão a fim de que as pessoas tenham atitudes mais sustentáveis, argumenta-se que a sustentabilidade tem caminhado rumo a uma transformação em prática social, mas os esforços ainda não são suficientes para que se alcancem os objetivos desejados. Utilizando a conceituação de Reckwitz (2002, p.249), as práticas são tipos de comportamento rotineiros constituídos por vários elementos interligados entre si, tais como: as formas de atividades corporais e mentais, as coisas e sua utilização, os conhecimentos e sua forma de compreensão e os estados emocionais e motivacionais. Dessa forma, entende-se que a própria existência de uma prática, como o consumo, por exemplo, só é possível se houver uma coordenação (consciente ou não) de corpos, mentes, tecnologias e recursos, não havendo a possibilidade de reduzi-la a algum destes elementos isoladamente. Assim, a compreensão da dinâmica de uma prática não pode ser restrita apenas ao comportamento de uma pessoa, esta requer a conceituação e entendimento de todos estes elementos, das relações entre eles e da integração entre eles na composição da mesma (RECKWITZ, 2002, p.249-250).

Muitos estudos focam as ações e atitudes individuais como forma de entender a sustentabilidade, Shove (2012b, p. 2) propõe um deslocamento de foco, colocando a articulação decisória para tornar a sustentabilidade uma prática social no centro do debate. Muitas vezes os tomadores de decisões, políticos ou não, buscam soluções prontas e rápidas para problemas complexos, as quais costumam não gerar mudanças suficientes. Ao discutir a questão das mudanças climáticas observa-se que mesmo os gestores estando conscientes da necessidade de reduzir a emissão de dióxido de carbono, por exemplo, ao buscarem direcionar as ações das pessoas para uma vida mais sustentável os resultados alcançados são irrisórios. O que se propõe é que ao invés de tentar influenciar as atitudes individuais, se busque entender como foi que as práticas intensivas em uso de recursos foram disseminadas, ganhando adeptos que as promulgam diariamente e como elas se transformam ao longo do tempo e espaço (SHOVE, 2012a).

Tomando como base para ilustração a prática do consumo, por ser esta um aspecto importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, visualiza-se que o

consumo possui vários aspectos habituais, os quais devem ser compreendidos. Grande parte do consumo é habitual e recorrente, portanto, as estratégias para orientar a agência dos atores em direções mais sustentáveis precisam levar em consideração estes aspectos. Em muitas decisões as pessoas não fazem análises racionais em busca da melhor alternativa, em termos de custo-benefício, elas seguem padrões muitas vezes ditados pela família, amigos, vizinhos, mídia e até modismo do momento social vivido. Assim, não faz sentido a tentativa de influenciar as pessoas, por meio, apenas, de fatores como preço e persuasão, a tomarem decisões que visem à sustentabilidade (SHOVE, 2012b, p. 100-101). É preciso entender quais hábitos levam as pessoas a fazerem o que fazem e como disseminar hábitos voltados para escolhas mais sustentáveis.

A criação de regras e proibições não acarreta a diminuição no consumo de recursos, isto depende dos significados atribuídos por cada pessoa à atividade que está sendo proibida. O hábito se refere a práticas que os indivíduos se comprometem a reproduzir de forma consistente e recorrente (SHOVE, 2012a, p. 103). Ao estudarem a proibição do uso da mangueira, Chappells, Medd e Shove (2011) evidenciaram que esta proibição não gerou mudanças significativas nas atitudes e percepções das pessoas, acerca das implicações do uso da água. Os indivíduos atribuem múltiplos significados as atividades que utilizam a mangueira extensivamente, como a jardinagem. Estes significados refletem a dinâmica familiar. Os resultados do estudo mostraram que, em famílias que tem o jardim como um fardo, a proibição da mangueira serviu como uma desculpa para não aguá-lo, em contrapartida, em famílias em que houve esforços e gasto para criar uma horta ou manter o jardim sempre bonito as pessoas passaram a utilizar o regador, de modo que, não é possível afirmar que houve redução no consumo de água, talvez este tenha aumentado (CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2011).

O modo como os indivíduos usufruem dos recursos está associado diretamente ao engajamento que eles possuem com o desempenho de suas atividades. A fim de modificar as práticas de utilização de recursos é necessário promover a renegociação dos hábitos intensivos em recursos, erradicando-os e impulsionando o surgimento de hábitos mais sustentáveis. Assim, o processo de mudança nas práticas cotidianas é fundamentalmente discursivo, convidando as pessoas a refletirem e se questionarem sobre suas ações e seus estilos de vida. Por meio deste questionamento é possível negociar os significados atribuídos ao modo como os recursos são utilizados e discutir meios para que as pessoas se tornem menos dependentes de infraestruturas e modos de vida insustentáveis (CHAPPELLS; MEDD; SHOVE, 2011).

Partindo da visão da vida social como "redes interconectadas de práticas sociais de diferentes tipos [...]" e entendendo que "toda prática social é uma articulação de elementos sociais diversos em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 231) percebemos que as práticas são permeadas por discursos e que estas são fundamentais para o entendimento da sociedade. Ao buscar entender como atribuímos sentido ao mundo em que vivemos Spink e Frezza (2001, p. 15) corroboram para a concepção da realidade como uma construção social (BERGER; LUCKMAN, 1967) entendendo que "no cotidiano de nossas vidas, somos, de fato, produtos de nossa época e não escapamos das convenções, das ordens morais e das estruturas de legitimação". Estas convenções são socialmente construídas e historicamente localizadas (BERGER; LUCKMAN, 1967; SPINK; FREZZA, 2001). Assim, para promover transformações sociais é preciso compreender as construções de realidade legitimadas no contexto social imaginando-as de outra forma e concebendo a possibilidade de mudanças.

Neste sentido, o discurso é fundamental para a manutenção, ressignificação e modificação da ordem social. O discurso corresponde a "diferentes modos de agir" se constituindo como "representações distintas da vida social derivadas das posições assumidas" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 232). As práticas cotidianas são orientadas pelas regras, prescrições

e convenções situadas em determinado contexto social, tais práticas tendem a manter e reproduzir discursos (SPINK; MEDRADO, 2001). As significações da realidade são concebidas pelos atores, os quais visualizam o mundo a partir das posições que ocupam na sociedade, dessa forma, se pautam pelas bases aceitas em seu contexto e atribuem significados diversos aos fatos, representando-os por meio de discursos múltiplos. Assim, os discursos "incluem representações de como as coisas são e tem sido, bem como imaginários, entendidos como representações de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 234).

O conhecimento sobre a realidade não é algo inerente ao indivíduo, mas sim uma construção coletiva a partir contexto social vivenciado a época, portanto, mudanças nas concepções a respeito da realidade dependem da desfamiliarização de crenças enraizadas culturalmente. As convenções construídas socialmente impõem vários obstáculos culturais ao surgimento de novas construções, em termos de crenças e valores, o processo de desfamiliarização cria espaço para novas construções surjam, mesmo que estas estejam impregnadas pelas convenções culturais já existentes (SPINK; MEDRADO, 2001). Assim, "o processo de 'mudar o sujeito' pode ser pensado em termos de inculcar novos discursos" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 234). Mesmo discursos fortes encontram alguma resistência a serem inculcados, mas este processo é necessário a transformação de entendimentos acerca da vida em sociedade. O taylorismo, por exemplo, foi um sistema de produção e gestão amplamente difundido, mas a sua existência só foi possível a partir de algumas modificações na forma de ser e nas crenças dos trabalhadores da época (GRAMSCI, 1971).

Conforme Chappells, Medd e Shove (2011, p. 712) existem evidências concretas de que o discurso pode gerar mudanças nos padrões aceitos socialmente, podendo, inclusive, reforçar, criar ou recriar as normas sociais. Assim, é importante entender quais hábitos e rotinas, relacionados à utilização dos recursos naturais, são disseminados e incorporados no dia-a-dia das pessoas. Para tanto é necessário compreender como novos arranjos sociotécnicos, arranjos estes emergentes a partir da interação entre agência e estrutura, surgem e como estimular que estes arranjos levem a sustentabilidade. Entretanto, novos arranjos, ao mesmo tempo em que, rompem com estruturas antigas, incorporam elementos destas, o que acarreta a necessidade de entender o contexto histórico dos arranjos sociotécnicos (SHOVE, 2012a).

O processo de mudança na forma como as pessoas agem e nas configurações sociais é fundamental para a busca de uma sociedade mais sustentável. Analisar como os sistemas se estruturam e, sobretudo, porque determinados arranjos desapareceram é muito importante para a promoção de incentivos a criação e recriação de arranjos que enfoquem a sustentabilidade. Neste sentido, "qualquer transição sistêmica para a sustentabilidade certamente implicará a queda ou modificação substancial dos regimes sociotécnicos contemporâneos". Não é possível diminuir a emissão de CO_2, o consumo dos recursos naturais ou a quantidade de lixo mantendo os padrões aceitos na sociedade atual. Além disso, a reconfiguração dos arranjos em busca da sustentabilidade pode envolver uma reposição parcial de padrões de comportamento que funcionaram no passado e que foram substituídos por inovações mais intensivas em recursos. Todavia, a adoção de práticas passadas não é muito bem aceita, sobretudo, no cenário atual, no qual o discurso político a respeito do progresso é muito forte (SHOVE, 2012a, p. 364).

Para que a mudança de discurso seja efetiva na transformação das práticas é preciso que os materiais e estruturas associadas às mesmas estejam à disposição das pessoas. O conhecimento prático sobre a execução de atividades corriqueiras é guiado por aspectos estruturais, como regras e recursos. Para desempenhar suas tarefas os indivíduos necessitam ter a sua disposição os recursos associados a elas. Não é possível jogar futebol sem um campo, uma bola e alguma forma de trave, assim como, não é possível que as pessoas

destinem o lixo ao cesto correto para cada tipo de material se não houverem cestos diferenciados (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012). Os tomadores de decisões detêm o poder de influenciar o processo de distribuição de materiais e recursos. Neste sentido, defende-se que ao invés de buscarem influenciar o comportamento individual os gestores busquem formar redes e coalizões, por meio de recursos e discurso, que possibilitem as condições adequadas ao desenvolvimento de práticas sustentáveis (SHOVE, 2012b).

A sustentabilidade é fundamental para que as próximas gerações possam usufruir dos recursos naturais, mas para que se alcancem padrões de comportamento favoráveis ao meio ambiente é necessário ampliar as aplicações de sustentabilidade como prática social, inserindo-a nos discursos convencidos socialmente. Este processo de mudança de abordagem é complexo e exige ativa participação, ressaltando a relevância dos governantes, pois são eles que possuem os recursos de poder necessários para divulgar e possibilitar que os atores sociais tomem consciência da dimensão dos problemas socioambientais. Além disso, é preciso compreender os aspectos envolvidos na criação dos arranjos sociotécnicos, bem como as suas configurações presentes e passadas.

5 Vivências Sociais

O surgimento ou desaparecimento de arranjos sociotécnicos é algo construído no tempo e no espaço por meio dos significados que vão sendo formados coletivamente. As sociedades já utilizaram arranjos sociotécnicos sustentáveis. Entretanto, ao longo do tempo as práticas foram sendo ressignificadas e arranjos não sustentáveis ganharam espaço e são as formas mais presentes no dia-a-dia dos indivíduos atualmente. Assadourian (2013, p. 69) afirma que a primeira geração de operários preferia trabalhar menos horas a receber aumentos e adquirirem bens de consumo. Este cenário foi se modificando ao longo do tempo, visto que as pessoas foram se acostumando com os produtos inseridos no mercado. Neste sentido, observa-se uma transformação nos entendimentos acerca do que é necessário a sobrevivência humana (ASSADOURIAN, 2013).

Assim, para termos a sustentabilidade em prática social mostra-se necessário que atitudes sustentáveis passem a fazer parte do dia-a-dia das pessoas, como ações cotidianas e rotineiras, que compõem seus hábitos. Sabendo-se que para que os indivíduos exerçam suas tarefas diárias é preciso que eles tenham a sua disposição os materiais e infraestruturas adequados. E, que a incorporação de novos hábitos ocorre por meio do processo de significação de entendimentos a respeito das práticas existentes. Defende-se que uma das formas de possibilitar que as pessoas adotem atividades mais sustentáveis é lhes proporcionar a vivência com tarefas menos intensivas em recursos. Além disso, é fundamental que o discurso sobre a sustentabilidade, em seu significado real, seja disseminado. Pois, o discurso é um meio capaz de levar as pessoas a refletirem sobre sua realidade, o que propicia o questionamento de seus entendimentos sobre o meio.

A ideia de ampliar a sustentabilidade como prática social em várias esferas organizacionais pode parecer até certo ponto, utópica, mas também reflete diversas realidades. É uma utopia no sentido de ser um estado ideal. Mas, muitas experiências neste sentido têm mostrado resultados efetivos, o que a configura como real. Algumas vivências existentes em países diferentes podem ilustrar tal fato, tais como as questões de ciclismo, carro compartilhado, caminhada nórdica e *cool biz* (projeto japonês).

No que diz respeito ao ciclismo é possível afirmar que a bicicleta se constitui em uma forma de transporte sustentável que foi ao longo do tempo perdendo espaço para os automóveis. Segundo Shove (2012) até a década de 1950 a bicicleta era amplamente utilizada pelas pessoas em seus deslocamentos, sobretudo, para o trabalho. Este uso foi declinando em virtude do surgimento e popularidade do carro e o ciclismo passou a ser apenas uma opção de

lazer. Nos últimos anos, países europeus, como Holanda, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, vêm fazendo um esforço para reinserir a bicicleta como meio de transporte para ir ao trabalho e percorrer pequenas distâncias. Esta experiência está sendo melhor sucedida na Dinamarca e Holanda do que em outros países, talvez pelo fato de que nestes países o significado da bicicleta com um meio de transporte, principalmente para lazer não ter desaparecido e por sempre ter havido espaço para o uso do ciclismo com este fim (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012). Em outras circunstâncias esta tarefa pode se tornar mais difícil. Tomando como exemplo o Brasil, é possível citar a tentativa de inserir o ciclismo como atividade de lazer no Recife, o que tem demandado um esforço para encontrar espaço para as bicicletas em meio aos carros, visto que quase não existiam estruturas adequadas ao uso destas.

Contrapondo o caso do ciclismo, pode-se discutir o carro, sob a perspectiva de uso individual. A utilização de carros individuais não só se tornou uma necessidade na sociedade atual, como é muito incentivada por governos que buscam estimular o desenvolvimento econômico. No entanto, a manutenção de um carro por pessoa tem se mostrado insustentável, tanto sob o aspecto de emissão de gases poluentes quanto pela infraestrutura das cidades que não é capaz de suportar a demanda de espaço, o que gera engarrafamentos. Martin, Shaheen e Lidicker (2010) realizaram uma pesquisa sobre uso de carros compartilhados com mais de seis mil participantes da América do Norte, na qual evidenciaram que a adesão ao compartilhamento de carros propiciou uma redução de mais e 50% (0,47 para 0,24) no número de carros por residência. Com o compartilhamento de carros as pessoas possuem acesso a um automóvel privado, sem que precisem possuir um e este fato possibilita a redução de carros se mostrando como uma alternativa viável.

A caminhada nórdica é um exemplo de uma atividade de emergiu e ganhou adeptos que a transformaram em uma prática social amplamente aceita. A caminhada nórdica surgiu nos países nórdicos da Europa, especialmente na Finlândia, com o intuito de melhorar o desempenho de atletas no verão. A diferença entre a caminhada normal e a caminhada nórdica é que esta utiliza bastões que possibilitam a intensificação do exercício. A caminhada nórdica se popularizou de forma rápida e atualmente possui praticantes dedicados em vários países do mundo. Esta popularidade está associada aos significados que as pessoas atribuíram a este tipo de exercício. Inicialmente a caminhada nórdica foi relacionada com bem-estar e natureza, com o tempo houve uma ressignificação associando-a a saúde, pois, verificou-se uma relação benéfica entre este tipo de caminhada e o tratamento de pacientes com problemas nas articulações. Além disso, na Finlândia a caminhada nórdica foi promovida ao público em geral, por meio da impressa, em matérias que faziam associação entre ela e ambientes naturais, ressaltando as características dos participantes (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012, p.53-55).

Um exemplo de ressignificação foi realizado no Japão. Visando a redução na emissão de dióxido de carbono – CO^2, por meio da diminuição no uso do ar-condicionado o governo japonês lançou um programa chamado "*Cool Biz*". A ideia foi o estabelecimento de uma regra que não permitia o aquecimento ou resfriamento de prédios do governo entre 20 e 28º C, levando as pessoas a usarem mais jaquetas e casacos no inverno e menos no verão. Com a finalidade de atingir o objetivo do programa o governo buscou promover uma modificação nos significados atribuídos ao vestiário e as tecnologias. Para tanto, foram usadas algumas estratégias de marketing, líderes do governo foram mostrando vestindo roupas menos formais, gestores empresariais foram envolvidos e a indústria de vestuário respondeu e promovei peças concebidas com o nome do programa. O projeto foi bem sucedido levando a reduções significativas no uso de energia e na emissão de CO^2. Além disso, o significado das vestimentas pode ser redefinido, inclusive, fora do âmbito do *Cool Biz* (SHOVE, 2012a, p. 7-8).

Estes exemplos bem sucedidos evidenciam que para que a sustentabilidade se amplie significativamente como prática social é imprescindível que muitas das esferas sociais sejam envolvidas e abracem a ideia enquanto discurso e ação. Como afirma Freire (1979, p. 10) "é transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário". A nossa sociedade é uma totalidade em que as partes se relacionam constantemente, portanto, para gerar uma mudança de tal magnitude é preciso que muitas partes estejam engajadas. Assim, sugere-se que estudos sejam empreendidos, especialmente aqueles que visem evidenciar como acontecem as atividades que propiciam a internalização de aspectos da sustentabilidade em prática social nas diversas esferas sociais e como estas experiências podem ser compartilhadas e ampliadas.

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L. M; ALIGLERI, L. A. ; KRUGLIANSKAS, I. . **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio.** São Paulo, SP: Atlas, 2009. xv, 242 p.

ASSADOURIAN, E. Reconstruindo Culturas para Criar uma Civilização Sustentável. In: ASSADOURIAN, E; PRUGH, T. **Estado do mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?** Salvador: Worldwatch Institute, 2013.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality.** New York: Doubleday, 1967.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável; metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CHAPPELLS, H.; MEDD, W.; SHOVE, E. Disruption and change: drought and the inconspicuous dynamics of garden lives. **Social & Cultural Geography**, 2013, 12:7, 701-715.

COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: Anthony Giddens & Jonathan Turner (orgs.). **Teoria social hoje**. 1ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 393-446.

ENGELMAN, R. Além do Blablablá da Sustentabilidade. In: ASSADOURIAN, E; PRUGH, T. **Estado do mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?** Salvador: Worldwatch Institute, 2013.

FAIRCLOUGH, N. The dialectics of discourse. **Textus**, 2001, XIV, 2, p. 231-242.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p.75-78, out. 2007/mar. 2008.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks.** London: Lawrence & Wishart, 1971.

MARTIN, E.; SHAHEEN, S. A.; LIDICKER, J. Carsharing's Impact on Household Vehicle Holdings: Results from a North American Shared-Use Vehicle Survey. **Transportation Research Record.** 2010.

MEYER, J.W. Reflections on institutional theories of organizations. In: Greenwood, R.; Oliver, C.; Suddaby, R.; Sahlin, K. (eds.) **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism.** Sage Publications, Thousand Oaks, CA. pp. 788-809.

MEYER, J.W. World Society, Institutional Theories, and the Actor. **Annual Review of Sociology**, 2010 36: 1-20.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REED, Michael. The agency/structure dilemma in organization theory? Open doors and brick walls. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (eds.). **The oxford handbook of organizational theory, meta-theorical perspectives.** Oxford, UK: Oxford University Press. 2003.

SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K; SAVIGNY, E. V. **The practice turn in contemporary theory.** London: Routledge, 2001.

SHOVE, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, 2012, 24:4, 363-375.

SHOVE, E. Putting practice into policy: reconfiguring questions of consumption and climate change. **Journal of the Academy of Social Sciences**, 2012a.

SHOVE, E. Habits and Their Creatures. In: WARDE, A.; SOUTHERTON, D. **The habits of consumption.** Helsinki: Collegium, 2012b, Vol. 12, p. 100-113.

SHOVE, E. PANTZAR, M.; WATSON, M. **The Dynamics of Social Practice: Everyday life and how it changes.** London: Sage, 2012.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Edição virtual, 2013.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Edição virtual, 2013.

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação: de Estocolmo a Johanesburgo. In: SACHS, I. **Rumo à Ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.